

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC), BEM COMO DA APRESENTAÇÃO DO SEU PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (COMEX)

COORDENADORA
DEPUTADA TABATA AMARAL

VICE-COORDENADOR
DEPUTADO JOÃO H. CAMPOS

RELATOR
DEPUTADO FELIPE RIGONI

SUB-RELATORES
DEPUTADOS FELIPE RIGONI, JOÃO H. CAMPOS,
PAULA BELMONTE, ROSE MODESTO, ISRAEL
BATISTA, LUISA CANZIANI E EDUARDO BISMARCK.

VERSAO FINAL (RESUMIDA)
10 DE DEZEMBRO DE 2019



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC), BEM COMO DA APRESENTAÇÃO DO SEU PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (COMEX)

Coordenadora: Deputada Tabata Amaral

Vice-Coordenador: Deputado João H. Campos

Relator: Deputado Felipe Rigoni

Sub-Relatores: Deputados Felipe Rigoni, João H.
Campos, Paula Belmonte, Rose Modesto, Israel
Batista, Luisa Canziani e Eduardo Bismarck

RELATÓRIO DE 2019

BRASÍLIA, DEZEMBRO DE 2019

SUMÁRIO

Siglas e Abreviaturas.....	6
Apresentação	8
Diagnóstico	8
Recomendações e proposições legislativas	10
Diagnóstico Geral do Órgão	11
Composição e Ocupação de Cargos.....	11
Rotatividade de Cargos	11
Perfil dos Ocupantes	11
Mudanças na Estrutura do Órgão	12
1. Planejamento e Gestão	13
1.1 Planejamento Estratégico	13
1.2 Plano Nacional de Educação	15
1.3 Cooperação Federativa.....	17
1.4 Gestão das Políticas de Alfabetização.....	19
2. Orçamento.....	21
3. Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).....	24
4. Formação docente.....	27
5. Educação superior e pesquisa	30
6. Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....	33
7. Avaliações Periódicas de Desempenho	36
8. Conclusão.....	39
Composição da Comissão.....	41

SIGLAS E ABREVIATURAS

Abin: Agência Brasileira de Inteligência

ADM: Administração

ADCT: Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias

ADPF: Arguição de Descumprimento
de Preceito Federal

ANA: Avaliação Nacional de Alfabetização

Andifes: Associação Nacional dos Dirigentes
das Instituições Federais de Ensino Superior

Aneb: Avaliação Nacional de Educação Básica

Anresc: Avaliação Nacional do Rendimento Escolar

Art.: Artigo

BNCC: Base Nacional Curricular Comum

BNC-Formação: Base Nacional Comum para a
Formação Inicial de Professores da Educação Básica

BNI: Banco Nacional de Itens

Capes: Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior

CEB: Câmara de Educação Básica

Cefets: Centros Federais de Educação Tecnológica

CF: Constituição Federal

CGFORP: Coordenação-Geral de Formação
de Professores da Educação Básica

CGU: Controladoria Geral da União

CMAP: Comitê de Monitoramento e

Avaliação de Políticas Públicas Federais

CNE: Conselho Nacional de Educação

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

Comex: Comissão Externa

Conabe: Conferência Nacional de
Alfabetização Baseada em Evidências

Conae: Conferência Nacional de Educação

Consed: Conselho dos Secretários

Estaduais de Educação

DAS: Direção e Assessoramento Superiores

DCNs: Diretrizes Curriculares Nacionais

DCNEM: Diretrizes Curriculares

Nacionais para o Ensino Médio

DEM: Democratas

EaD: Educação a Distância

Ebserh: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

EC: Emenda Constitucional

Ecim: Escolas Cívico-Militares

EMTI: Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral

Enade: Exame Nacional de
Desempenho dos Estudantes

Enem: Exame Nacional do Ensino Médio

EPT: Educação Profissional e Tecnológica

EUA: Estados Unidos da América

FCPE: Funções Comissionadas do Poder Executivo

FEM.: Feminino

Fies: Fundo de Financiamento Estudantil

FIG.: Figura

FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos

FNDCT: Fundo Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

FNDE: Fundo Nacional de
Desenvolvimento da Educação

Fundaj: Fundação Joaquim Nabuco

Fundeb: Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica e de
Valorização dos Profissionais da Educação

Fundef: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do
Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

GAB: Gabinete

IBC: Instituto Benjamin Constant

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ibope: Instituto Brasileiro de Opinião

Pública e Estatística

Ideb: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IES: Instituição de Ensino Superior

Ifes: Instituições Federais de Ensino Superior

Inep: Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Anísio Teixeira

INES: Instituto Nacional de Educação de Surdos

IPCA: Índice Nacional de Preços
ao Consumidor Amplo

ISF: Idioma sem Fronteiras

LBI: Lei Brasileira de Inclusão

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOA: Lei Orçamentária Anual
LRF: Lei de Responsabilidade Fiscal
MASC.: Masculino
MCid: Ministério da Cidadania
MEC: Ministério da Educação
MFMDH: Ministério da Família,
Mulher e Direitos Humanos
MS: Ministério da Saúde
Nº: Número
NES: Cargo de Natureza Especial
Niv. Med.: Nível Médio
Niv. Sup.: Nível Superior
OCDE: Organização para a Cooperação
e Desenvolvimento Econômico
ONGs: Organizações Não Governamentais
OS: Organização(ões) Social(is)
PAR: Plano de Ações Articuladas
PB: Paraíba
PDDE: Programa Dinheiro Direto na Escola
PE: Planejamento Estratégico
PEC: Proposta de Emenda à Constituição
Pecim: Programa Nacional das
Escolas Cívico-Militares
PIB: Produto Interno Bruto
PIBID: Programa Institucional de
Bolsas de Iniciação à Docência
PL: Projeto de Lei
PLN: Projeto de Lei do Congresso Nacional
PLOA: Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLP: Projeto de Lei Complementar
PMALFA: Programa Mais Alfabetização
Pnaic: Pacto Nacional pela
Alfabetização na Idade Certa
PNE: Plano Nacional de Educação
PNLD: Programa Nacional do Livro
e do Material Didático
PPA: Plano Plurianual
Projeto de PPA: Projeto de Plano Plurianual
ProBNCC: Programa de Apoio à
Implementação da Base Nacional Comum
Prodoc: Programa de Apoio a Projetos Institucionais
com a Participação de Recém-Doutores

Pronatec: Programa Nacional de Acesso
ao Ensino Técnico e Emprego
Prouni: Programa Universidade para Todos
PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira
PT: Partido dos Trabalhadores
Renabe: Relatório Nacional de
Alfabetização Baseada em Evidências
REQ: Requerimento
RIC e RI: Requerimento de Informação
Saeb: Sistema de Avaliação da Educação Básica
Sase: Secretaria de Articulação
com os Sistemas de Ensino
Sealf: Secretaria de Alfabetização
SEB: Secretaria de Educação Básica
Secadi: Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização, Diversidade e Inclusão
Seges: Secretaria de Gestão
Semesp: Secretaria de Modalidades
Especializadas de Educação
Seres: Secretaria de Regulação e
Supervisão da Educação Superior
Sesu: Secretaria de Ensino Superior
Setec: Secretaria de Educação
Profissional e Tecnológica
Sinaes: Sistema Nacional de Avaliação
da Educação Superior
Siop: Sistema Integrado de
Planejamento e Orçamento
SiSU: Sistema de Seleção Unificada
SNE: Sistema Nacional de Educação
STF: Supremo Tribunal Federal
STN: Secretaria do Tesouro Nacional
TO: Tocantins
UAB: Universidade Aberta do Brasil
UERJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFG: Universidade Federal de Goiás
UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMT: Universidade Federal do Mato Grosso
Undime: União Nacional dos Dirigentes
Municipais de Educação
UOs: Unidades Orçamentárias
USP: Universidade de São Paulo

APRESENTAÇÃO

Este Relatório é resultado dos trabalhos realizados em 2019 pela Comissão Externa de Acompanhamento do Ministério da Educação (Comex/MEC), que tem como objetivo analisar o Planejamento Estratégico e as ações empenhadas em torno dos temas críticos das secretarias e órgãos vinculados ao Ministério da Educação (MEC).

O Relatório Final da Comex/MEC é fruto de 38 Requerimentos de Informação, 12 reuniões técnicas com o MEC e suas autarquias, 9 audiências públicas, além de múltiplas consultas a especialistas e um minucioso trabalho analítico de documentos oficiais. Nesta Apresentação, são sublinhados os destaques do Relatório, contemplando diagnóstico e explanação do fio condutor de proposições legislativas a serem elaboradas, bem como recomendações ao MEC. Ressalte-se que a Comissão enviou, em 22 de maio de 2019, ofício de número 01/2019-P, em que requer visita ao gabinete do Ministro, ao que não obteve resposta. Adicionalmente, convidou o Ministro no segundo semestre do ano para participação em Audiência Pública sobre as ações do Ministério, presença que foi desconfirmada minutos antes da reunião pública.

DIAGNÓSTICO

O aspecto mais evidenciado na etapa de diagnóstico foi a constatação de que o planejamento e a gestão do MEC estão muito aquém do esperado. Evidência disso é que o Ministério ainda não apresentou Planejamento Estratégico contemplando o ano de 2019 e diversas metas do Plano Nacional de Educação (PNE) estão atrasadas, sem sequer um plano de ação para atingi-las. Ainda nessa dimensão, nem todas as Secretarias publicaram seus planos de trabalho e os publicados não apresentam priorizações, clareza nas metas, prazos ou responsáveis para as ações propostas. As mudanças na estrutura organizacional criaram fragmentação nas políticas e lacunas de atuação em áreas fundamentais.

Outro fator preocupante é a baixa execução orçamentária em diversos programas. Ações importantes, como a de “Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica”, tiveram execução próxima a zero até julho de 2019. No mesmo período, foram executados apenas 4,4% do montante para investimentos do MEC — o valor gasto foi de menos da metade do liquidado no mesmo período de 2018.

Cabem observações acerca das seguintes temáticas:

- Ainda que elencada como prioridade, a Política Nacional de Alfabetização (PNA) não foi implementada e tampouco foi apresentado um plano de ação que articule e informe os entes federativos sobre como e quando esta chegará às escolas;

- A implementação de políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) teve execução orçamentária próxima de apenas 1% até novembro de 2019, ao se analisar o que foi efetivamente gasto em comparação ao montante de recursos previstos para esta finalidade;
- Ao retirar a competência sobre alfabetização da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), na qual se assistiam os grupos majoritariamente prejudicados em seus processos de alfabetização, **deslocou-se do problema agudo de analfabetismo no Brasil de outras ações focalizadas na superação das desigualdades históricas no país, como, por exemplo, a questão de alfabetização dos estudantes indígenas;**
- A implementação da **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** segue com diversos pontos de **indefinição**. A fase do Ensino Médio preocupa, dados os problemas de repasse para essa etapa da educação básica no Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum (ProBNCC);
- **Não existe uma Política de Formação Docente** sistêmica e falta articulação entre as Secretarias e Órgãos Vinculados ao MEC nas ações da área;
- É alarmante a **falta de transparência** da Comissão criada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep) para avaliar a pertinência do Banco Nacional de Itens (BNI) com a “realidade social” do Brasil.
- As iniciativas do governo nos processos de escolha e nomeação de reitores e na distribuição de recursos de forma arbitrária e de contingenciamento seletivo em Universidades colocam em risco a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das instituições de ensino superior.

As causas prováveis do preocupante quadro das políticas educacionais, apresentado no relatório, provavelmente estão associadas à precária qualidade de gestão e do planejamento da pasta. Ainda que algumas das iniciativas que já estavam em curso tenham prosseguido, outras foram **descontinuadas sem nenhuma proposta de ações alternativas** para substituí-las. No caso das novas iniciativas divulgadas, a maior parte tem **descrição vaga e carece de celeridade e detalhamento**.

Ademais, quando comparada aos últimos dois governos, a atual gestão apresenta o menor número de agentes em cargos de confiança com experiência no setor público, experiência em áreas relacionadas a educação – seja em empresas, organizações da sociedade civil ou setor público. O MEC (Administração Direta) e o Inep apresentam servidores em cargos estratégicos com o menor nível de escolaridade se comparado às duas gestões anteriores. Quanto à composição dos cargos por sexo, os de maior nível hierárquico são ocupados em grande maioria por homens, enquanto os cargos de nível inferior são ocupados por pessoas do sexo feminino.

Além disso, o número de exoneração nos cargos de confiança, flagrantemente superior à gestão anterior, denota instabilidade e falta de continuidade na gestão atual. Enquanto o padrão dos governos anteriores foi de um pico de exonerações no início do governo, voltando à estabilidade em aproximadamente 5 meses, a atual Administração Direta manteve um alto número de exonerações até o último mês analisado, o que aponta para baixa capacidade de recrutamento e retenção do corpo técnico.

RECOMENDAÇÕES E PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

Considerando o diagnóstico acima, a Comex/MEC elaborou um conjunto de recomendações ao Ministério da Educação e à Câmara dos Deputados. As recomendações são divididas em dois grupos:

- 55 sugestões ao Poder Executivo para melhorar a condução das políticas educacionais, de maneira a torná-las efetivas, eficazes e eficientes;
- As recomendações poderão resultar na tramitação de mais de 12 Propostas legislativas, novas ou que já estão tramitando, para os desafios estruturais da educação brasileira.

Todas as recomendações estão com a indicação dos responsáveis e prazos, ao longo de 3 capítulos (ou 14 subcapítulos) e 7 anexos, constantes da versão integral do Relatório. A tabela que sintetiza todas as recomendações feitas pela Comissão pode ser acessada nos anexos 01 e 02 na versão integral do relatório.

DIAGNÓSTICO GERAL DO ÓRGÃO

COMPOSIÇÃO E OCUPAÇÃO DE CARGOS

- Embora o número de cargos disponíveis não tenha sofrido alteração considerável, houve um déficit na ocupação dos cargos de livre nomeação nas trocas de governos e esse padrão se reproduz também na gestão atual. No último mês analisado (agosto de 2019), o número de cargos ocupados no MEC, Inep e FNDE ainda não havia regressado à média anterior, mantendo um déficit de 2,5% a 5%, a depender do órgão analisado, indicando vacância nos cargos estratégicos e paralisia decisória em coordenações e secretarias da pasta.
- A tendência de cargos de livre escolha no baixo escalão serem majoritariamente ocupados por mulheres e de cargos de livre escolha no alto escalão serem majoritariamente ocupados por homens é repetida em todos os órgãos analisados. No caso do MEC (Administração Direta), em particular, tal assimetria é tamanha que é possível afirmar que não há igual probabilidade de que profissionais de cada sexo sejam selecionados.
- Houve registro de diminuição no nível de escolaridade dos comissionados no MEC (Administração Direta) e no Inep. Na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e no FNDE, verifica-se aumento de escolaridade média dos servidores comissionados.
- Em relação aos últimos governos, a atual gestão do MEC apresenta o menor número de agentes em cargos de confiança com experiência em gestão pública e em instituições com temáticas relacionadas a educação, sejam elas públicas ou privadas.

ROTATIVIDADE DE CARGOS

- Os dados do Portal da Transparência indicam maior rotatividade nos cargos comissionados da atual gestão do MEC em comparação com governos anteriores, apontando para baixa qualidade no recrutamento e dificuldades na retenção do corpo técnico, o que resulta em descontinuidade das atividades e instabilidade nas políticas públicas.
- O tempo médio de permanência no mesmo setor de um dado órgão do MEC foi de 112 dias na atual gestão, em comparação com 150 dias em igual período da gestão Temer.

PERFIL DOS OCUPANTES

- Em relação aos dois governos anteriores, o MEC atual apresenta o menor número de agentes em cargos de confiança com atuação prévia em instituições acadêmicas.

- Em comparação aos mandatos de Temer e Dilma, houve uma **redução** no número de cargos de confiança do MEC ocupados por pessoas que já haviam atuado na área educacional.
- Dentre as três gestões do MEC mais recentes, a de Bolsonaro é a que apresenta o **menor número de agentes DAS-5 e 6 com experiência prévia em órgãos vinculados ao Ministério** (Administração Direta, FNDE, Capes, Inep, Conselho Nacional de Educação - CNE e Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj).

MUDANÇAS NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO

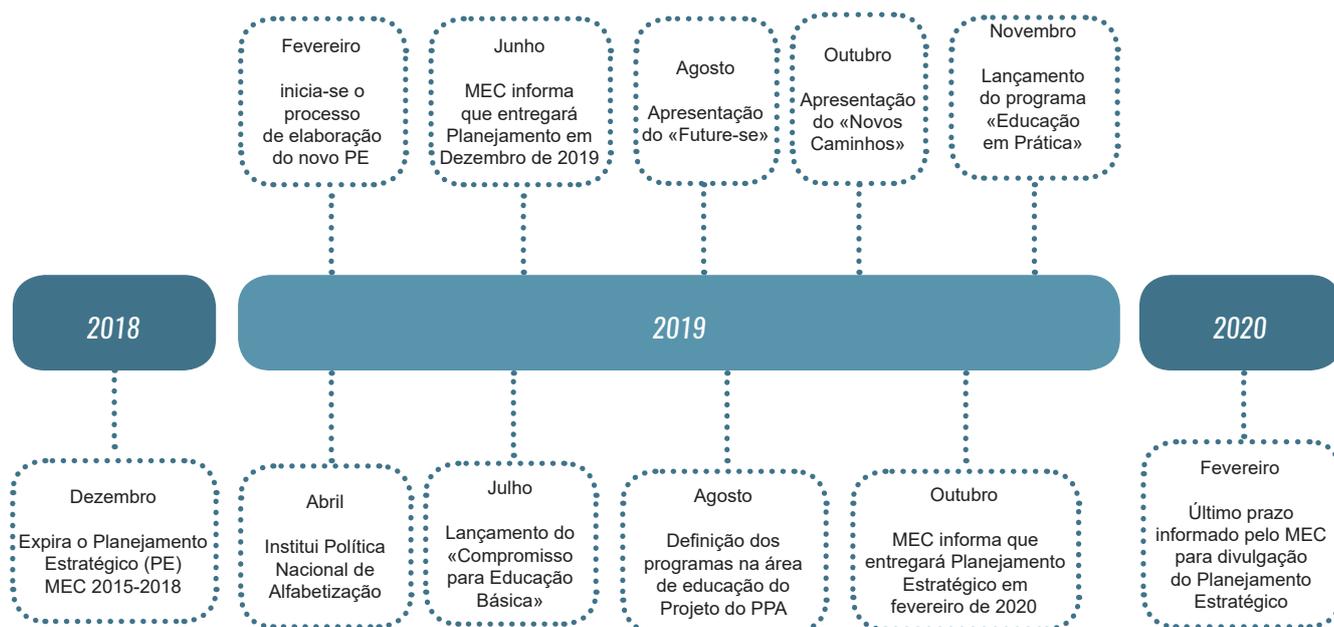
- Em 2019, a Secadi e a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase) foram extintas e a Secretaria de Alfabetização (Sealf) e a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp), instituídas.
- As atividades da Secadi, relacionadas à diversidade e inclusão foram **absorvidas apenas de forma incompleta** pelas outras pastas do órgão.
- A criação da Sealf não resultou em **maior eficiência ou prioridade real** de implementação de políticas voltadas para a alfabetização, como se observa a partir de análise das políticas do Ministério. Ao contrário, parece ter criado um grau maior de fragmentação das políticas e dificuldades de coordenação com as demais secretarias da pasta.
- A extinção da Sase resultou em um **esvaziamento ainda mais evidente na coordenação** de atividades com as redes de ensino dos órgãos de educação dos entes subnacionais. Evidencia-se também inépcia do órgão em priorizar a criação de um Sistema Nacional de Educação.

1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

RESPONSÁVEL: DEP. FELIPE RIGONI

1.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

LINHA DO TEMPO



PRINCIPAIS PONTOS

- O MEC não apresentou Planejamento Estratégico de suas políticas no ano de 2019.
- Compõem o sistema de planejamento estratégico do Ministério da Educação: o Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano Estratégico, o Plano Plurianual (PPA) e os Planos de Ação das Secretarias. A sequência de elaboração e implementação das ferramentas é importante para garantir a lógica e efetividade das políticas.
- O MEC informou, em junho de 2019, que a entrega do Plano Estratégico seria feita em dezembro de 2019, após aprovação do PPA, alegando respeito a uma suposta diretriz do Ministério da Economia.
- Em outubro de 2019, o Ministério informou a previsão para conclusão do Planejamento Estratégico em 28 de fevereiro de 2020, de acordo com cronograma definido pelo Ministério da Economia.

- A Comissão Externa promoveu audiência pública em outubro sobre «Planejamento e Gestão no Ministério da Educação: Desafios e Oportunidades», ocasião em que o MEC não enviou representante.
- O MEC, em reunião presencial com a Comissão, afirmou que o Plano Estratégico do MEC estaria consubstanciado nos Planos de Trabalho («Planos de Voo») das Secretarias, em parte já publicados. Posteriormente, em resposta a Requerimento de Informação, o Ministério afirmou que “a aprovação de planos de ação das Secretarias Finalísticas dependerá de seu alinhamento ao (futuro) planejamento estratégico do MEC”.
- O MEC não elaborou a proposta para o PPA com caráter estratégico, já que o planejamento de longo prazo, o planejamento estratégico do órgão e os planejamentos de curto prazo não apresentam conexão entre si. Adicionalmente, os indicadores e metas apresentados são inadequados devido à sua baixa qualidade na concepção e por não apresentarem devidos referenciais ou respaldos técnicos que os justifiquem.
- Os Planos de Trabalho do Ministério são pouco robustos e, de maneira geral, não apresentam especificidade nas priorizações, tampouco clareza nas metas, bem como não estabelecem responsáveis ou prazos para cumprimento das ações propostas. Os Planos de Trabalho também não especificam adequadamente os mecanismos de avaliação e monitoramento das ações a serem adotadas.

RECOMENDAÇÕES AO PODER EXECUTIVO

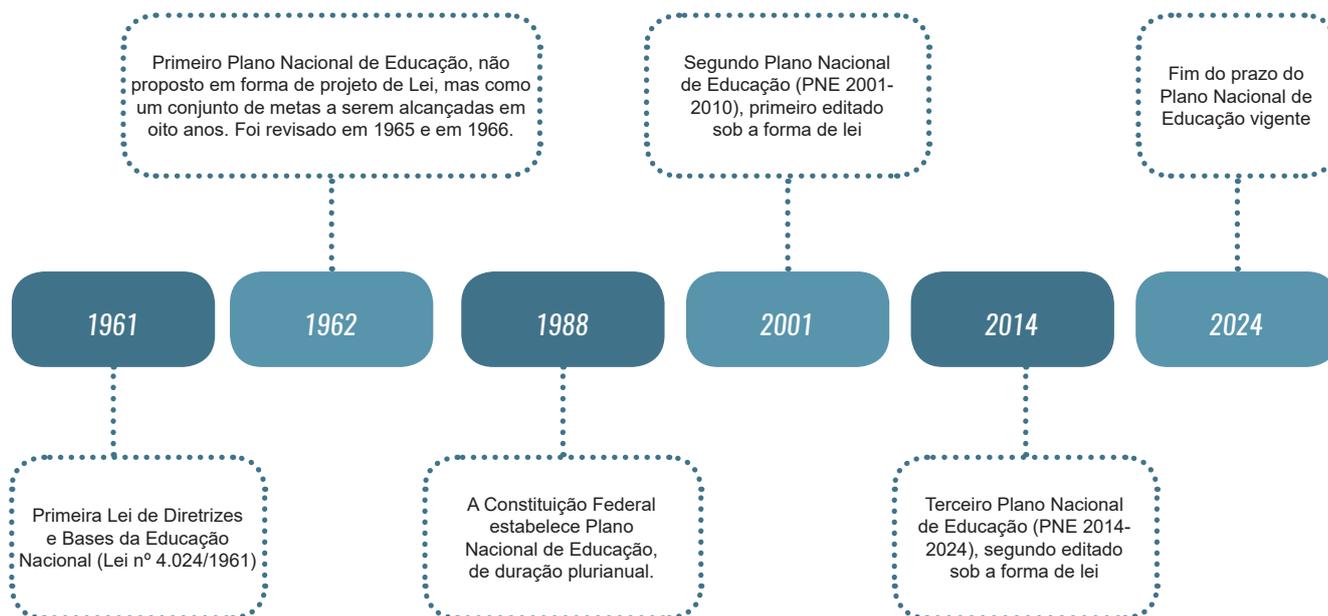
Recomendação	Responsável	Prazo
Elaborar e publicar Planejamento Estratégico	Ministério da Educação	Fevereiro de 2020
Aprofundar, Alinhar e Divulgar Planos de Trabalho	Ministério da Educação	Março de 2020
Implementar Observatório da Gestão Educacional	Ministério da Educação, Câmara dos Deputados	Abril de 2020

RECOMENDAÇÕES AO PODER LEGISLATIVO

Recomendação	Responsável	Prazo
Estabelecer Programa de Metas da Educação	Câmara dos Deputados	Março de 2020

1.2 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

LINHA DO TEMPO



PONTOS CENTRAIS

- É fundamental que todas as metas do PNE, mesmo as de caráter declaratório, sejam convertidas em programas, projetos e atividades específicas e de efetivos índices de acompanhamento das políticas que as materializam.
- A grande quantidade de estratégias no plano o torna demasiadamente complexo e contribui para a sua inexecutabilidade parcial.
- Existe espaço para melhorar o PNE como instrumento de planejamento. É importante que as próximas versões do plano contemplem o máximo de metas e estratégias com prazos e objetivos específicos e tangíveis.
- Das 20 metas previstas apenas 4 tiveram cumprimento parcial e 4 já foram descumpridas.
- Há pouca ou nenhuma cooperação federativa para o cumprimento das metas, o que parece ter sido prejudicado pela extinção da Sase, cujas atribuições foram apenas parcialmente repassadas à SEB.

RECOMENDAÇÕES AO PODER EXECUTIVO

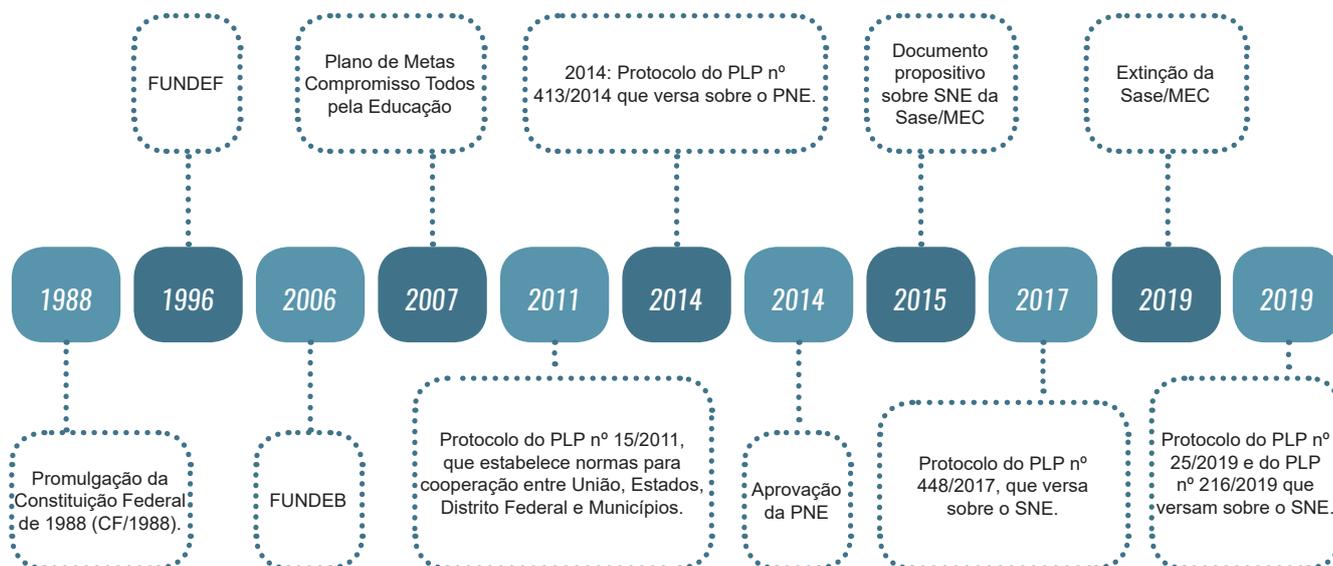
Recomendação	Responsável	Prazo
Priorizar e quantificar as metas do PNE, com comunicação clara e transparente	Ministério da Educação	Março de 2020
Aprimorar ferramentas de acompanhamento do PNE	Ministério da Educação	Março de 2020
Produzir dados atualizados uniformes	INEP e IBGE	Outubro de 2020
Quantificar e Monitorar as metas de cada ente	MEC e Câmara dos Deputados	Agosto de 2020

RECOMENDAÇÕES AO PODER LEGISLATIVO

Recomendação	Responsável	Prazo
Definir atribuições de cada ente	Câmara dos Deputados	Junho de 2020
Criar e regulamentar mecanismos de responsabilização com base nas metas quantificadas	Câmara dos Deputados	Junho de 2020

1.3 COOPERAÇÃO FEDERATIVA

LINHA DO TEMPO



PONTOS CENTRAIS:

- A cooperação federativa é essencial para o cumprimento do PNE e para o avanço da educação brasileira como um todo.
- A Sase foi extinta e as suas funções não foram completamente absorvidas pelas demais pastas do Ministério.
- A Instância Permanente de Negociação e Cooperação entre a União, Estados o Distrito Federal e os Municípios, existente desde 2015, foi **desarticulada** com a Medida Provisória nº 870, em janeiro de 2019.
- Nova portaria para o restabelecimento da Instância somente foi publicada em outubro de 2019. Até o momento, não há informações sobre a reunião da Instância Permanente.
- Pouco foi feito para a aceleração da tramitação do Sistema Nacional de Educação (SNE) que, segundo o PNE, deveria ter sido criado em 2014.
- Os Projetos de Lei Complementar nº 15 e nº 216 de 2019, que criam o SNE e regulamentam a cooperação federativa em educação, encontram-se em tramitação na Comissão da Educação, aguardando a apresentação do parecer do relator.

RECOMENDAÇÕES AO PODER EXECUTIVO

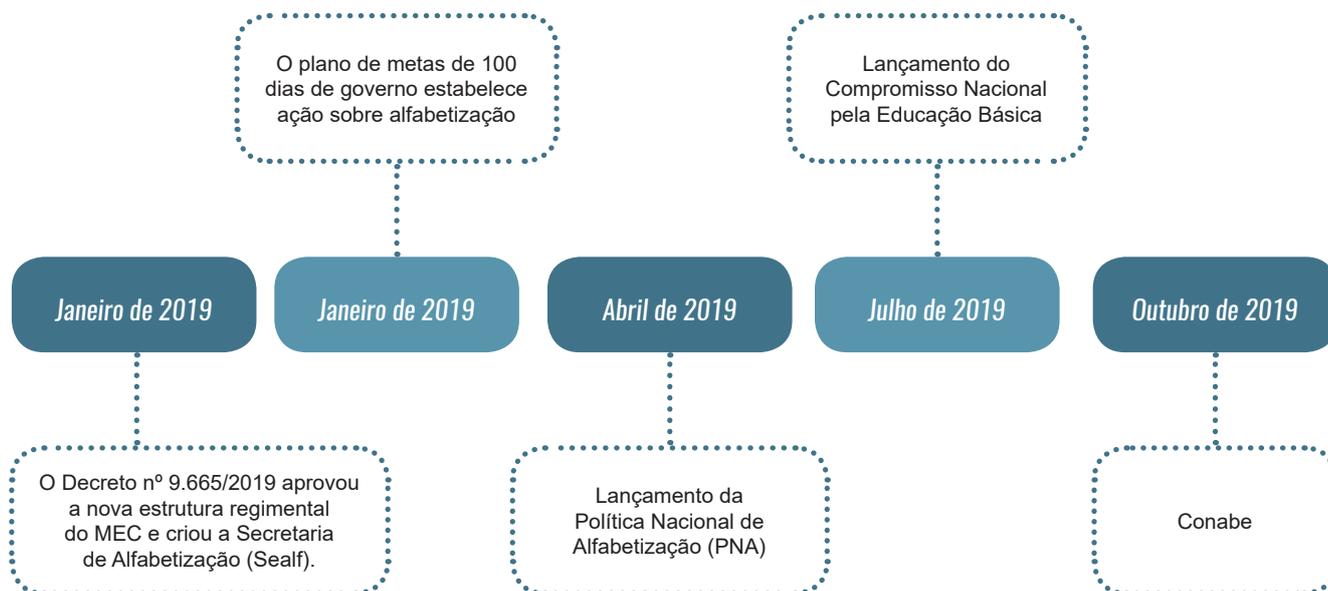
Recomendação	Responsável	Prazo
Tornar a Instância Permanente de Negociação entre a União, Estados, Distrito Federal e os Municípios ativa, e publicar datas e atas de suas reuniões em site oficial	Ministério da Educação	Janeiro de 2020

RECOMENDAÇÕES AO PODER LEGISLATIVO

Recomendação	Responsável	Prazo
Aprovar Projeto de Lei de criação do Sistema Nacional de Educação	Câmara dos Deputados	Julho de 2020

1.4 GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO

LINHA DO TEMPO



DIAGNÓSTICO

- No ano de 2019 (até Novembro), o MEC – por meio da Secretaria de Alfabetização (Sealf) - não apresentou um programa nacional de definição de soluções didáticas e pedagógicas para alfabetização, conforme alardeado pela alta gestão, deixando gestores municipais e estaduais sem direcionamentos mínimos de implementação de política de alfabetização.
- As ações realizadas pelo MEC no ano incluem um Decreto que institui a Política Nacional de Alfabetização (PNA), um Caderno Explicativo sobre a Política e a Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe), que não estabeleceram a estratégia de implementação dessa Política, isto é, como ela será executada desde Brasília até alcançar as escolas municipais e estaduais. Resumem-se quase que - exclusivamente a uma revisão parcial da literatura sobre o tema.
- Em relação aos Programas anteriores, o MEC descontinuou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), mas continua executando o Programa Mais Alfabetização (PMALFA) por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), restringindo e atrasando o repasse das parcelas de execução do Programa.
- Há falta de coordenação entre a SEB e Sealf e sobreposição de funções no que diz respeito às políticas de alfabetização.
- As duas únicas dotações orçamentárias dedicadas à Educação de Jovens e Adultos tiveram execução de menos de 1% até Novembro de 2019, o que indica a descontinuidade das políticas destinadas para este fim.

- O caderno do PNA estabelece a prioridade da alfabetização indígena por língua portuguesa, contradizendo frontalmente o Estatuto do Índio, que determina que “a alfabetização dos índios far-se-á na língua do grupo a que pertencem e em português, salvaguardado o uso da primeira”.

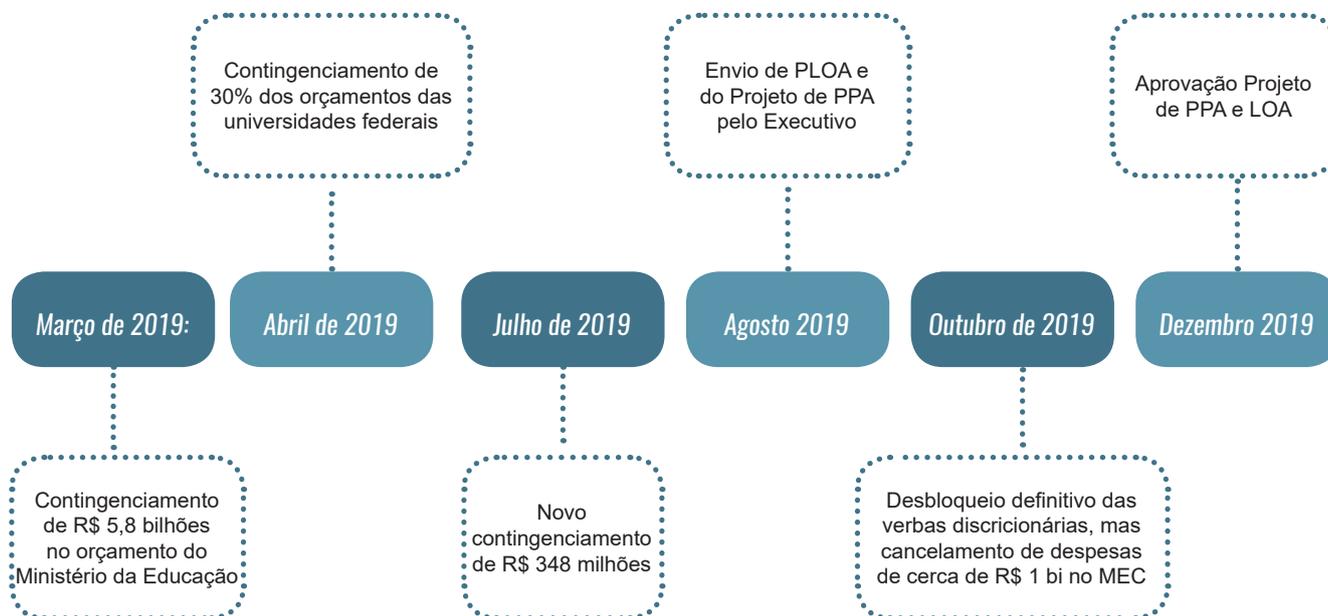
RECOMENDAÇÕES AO PODER EXECUTIVO

Recomendação	Responsável	Prazo
Implementar a Política Nacional de Alfabetização	Ministério da Educação	Março de 2020
Compatibilizar Políticas de Alfabetização com as de Educação Básica	Ministério da Educação	Março de 2020
Alinhamento da PNA com Estatuto do Índio	Ministério da Educação	Janeiro de 2020

2. ORÇAMENTO

RESPONSÁVEL: DEP. EDUARDO BISMARCK

LINHA DO TEMPO



CONTINGENCIAMENTOS

- Os contingenciamentos de recursos são praxe usual do Executivo em todos os níveis da federação, mas, especificamente na esfera federal, os valores contingenciados em 2019 superam os dois anos anteriores.
- Em termos absolutos, a educação foi uma das áreas mais afetadas pelo contingenciamento no governo federal. A medida contingenciou aproximadamente R\$ 6,58 bilhões; ainda que tenha havido descontingenciamento posterior, a ação provocou prejuízos na provisão educacional em escolas da Educação Básica e em Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) de todo o país ao longo do ano.
- Uma vez que o contingenciamento atinge despesas discricionárias, as Universidades Federais são as mais atingidas com o contingenciamento, visto que detêm parte significativa dos recursos de destinação voluntária do MEC.
- Em novembro o Ministério da Economia divulgou o Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas oficializando o desbloqueio de R\$ 13,976 bilhões restantes que ainda estavam bloqueados.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Em 2019, houve lenta execução orçamentária em diversos programas do MEC, a exemplo do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) (21%), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) (1%) e implantação de creches (13%).
- Ao se observar os gastos com investimentos até julho de 2019, nota-se a execução de apenas 4,4% do montante autorizado, em contraste aos 11,7% de execução até o mesmo período em 2018.
- Merece destaque o baixo percentual de execução das ações de apoio à expansão e ao funcionamento das Ifes e das instituições federais de educação profissional.
- A baixa execução orçamentária generalizada das políticas educacionais se evidencia mesmo se comparada aos anos anteriores e mesmo considerando o contingenciamento imposto, o que indica baixa capacidade executiva da atual gestão.

PLANO PLURIANUAL E PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

- Embora o PNE, mecanismo de planejamento de longo prazo das políticas educacionais, deva estar em consonância com o Projeto de PPA, mecanismo orçamentário, há pouca consonância entre os diferentes instrumentos de planejamento de políticas educacionais.
- Das 20 metas estabelecidas no PNE, apenas 3 são diretamente endereçadas pelo Projeto de PPA 2020-2023; o Programa 5014: Estatísticas e Avaliações Educacionais, embora não se relacione com nenhuma meta em específico do PNE, é fundamental para o seu acompanhamento e monitoramento.
- Não estão previstas, no âmbito do Projeto de PPA 2020-2023 enviado pelo governo, previsões orçamentárias para metas centrais do PNE, dificultando e, provavelmente, inviabilizando o seu cumprimento.

RECOMENDAÇÕES AO PODER EXECUTIVO

Recomendação	Responsável	Prazo
Análise de Custo-Efetividade dos gastos discricionários	Ministério da Educação e Ministério da Economia	Julho de 2020

RECOMENDAÇÕES AO PODER LEGISLATIVO

Recomendação	Responsável	Prazo
Tornar obrigatório, do montante das emendas individuais, 10% para o financiamento das ações e serviços públicos de manutenção e desenvolvimento do ensino.	Câmara dos Deputados	Setembro de 2020
Garantir a obrigatoriedade de execução do Ministério da Educação	Câmara dos Deputados	Julho de 2020
Garantir que o orçamento mínimo do ano subsequente tenha como base o orçamento do ano anterior atualizado pela inflação	Câmara dos Deputados	Julho de 2020
Compatibilizar o P-PPA 2020-2023 com o PNE 2014-2024	Câmara dos Deputados	Dezembro de 2019

3. EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM)

RESPONSÁVEL: DEP. ROSE MODESTO

LINHA DO TEMPO



ASPECTOS GERAIS

- Do ponto de vista operacional, o Enem exige complexa e sensível organização do MEC para que ocorra no prazo correto com segurança.
- Para a prova de 2019, foi instituída Comissão para avaliar a pertinência do Banco Nacional de Itens (BNI) com a «realidade social» do Brasil. Não há transparência a respeito dos critérios de escolha dos componentes e tampouco sobre a sua interferência na prova aplicada.

ACESSIBILIDADE:

- A prova no atual modelo apresenta uma série de facilidades para candidatos com deficiência e que requerem recursos de acessibilidade.
- Em relação aos estudantes com deficiência visual, a prova do Enem não garante a acessibilidade para a inclusão de fato e direito da pessoa cega.
- O Inep ainda não estruturou núcleo de acessibilidade que visa elaborar diretrizes pedagógicas e implementação de acessibilidade nos instrumentos da prova, para além do que é atualmente oferecido.
- A acessibilidade da prova no formato digital apresenta novos desafios que não podem ser ignorados.

NOVO ENSINO MÉDIO:

- O Novo Ensino Médio, com o estabelecimento da BNCC e dos itinerários formativos, torna a elaboração e aplicação do Enem um processo mais complexo, já que o Exame deverá considerar a nova configuração dessa etapa da educação básica.
- Os sistemas de ensino deverão estabelecer cronograma de implementação da parte do Ensino Médio da BNCC em 2019 e iniciar o processo de implementação a partir de 2020.

ENEM DIGITAL

- Entre as justificativas para aplicação do Enem na modalidade digital constam a diminuição de custos e da complexidade na realização do exame, a possibilidade de uso de vídeos e infográficos na prova, o aumento do alcance da prova e a compatibilização do Enem ao Novo Ensino Médio.
- O MEC aplicará em 2020 piloto em 15 capitais e a previsão é universalizar a prova digital em 2026.
- Questiona-se se seria prudente ou ideal que o Ministério da Educação iniciasse o processo de digitalização das provas justamente por aquela que é a maior, mais complexa e mais fundamental avaliação nacional.
- Há risco de prova digital prejudicar o aluno da rede pública longe dos grandes centros, sem acesso à informatização e que pode ter dificuldade em fazer a prova online.
- Pondera-se também sobre a segurança das provas no Enem versão digital, que necessitarão de sistemas de proteção robustos

RECOMENDAÇÕES AO PODER EXECUTIVO

Recomendação	Responsável	Prazo
Ampliar a Acessibilidade do Enem	Inep	Até publicação edital 2020
Divulgar a existência da comissão de demandas	Inep	Até publicação edital 2020
Compatibilizar Enem digital às necessidades de acessibilidade	Inep	Junho 2020
Qualificar atendimento especializado	Inep	Setembro 2020
Adequar Enem ao Novo Ensino Médio	Inep e SEB/MEC	Janeiro de 2021
Aplicar prova em duas etapas	Inep e SEB/MEC	Janeiro de 2023
Revisar modelo do projeto piloto do Enem Digital	Inep e secretarias estaduais de ensino	Junho de 2020
Garantir a segurança e o sigilo do Banco Nacional de Itens (BNI) e a não-interferência nos conteúdos da prova	Inep	Junho de 2020
Treinamentos para a realização da prova do Enem	Inep e secretarias estaduais de ensino	Abril a Junho de 2020

4. FORMAÇÃO DOCENTE

RESPONSÁVEL: PROF. ISRAEL BATISTA

LINHA DO TEMPO



ASPECTOS GERAIS

- De acordo com os dados do Censo Escolar 2018, foram registrados 2,2 milhões de docentes que atuam na educação básica do país. Desses, 62,9% atuam no ensino fundamental e 21,5% não possuem a formação adequada definida pela meta 15 do PNE (formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área em que atuam).
- Nos cursos de licenciatura, as matrículas estão distribuídas por 38% em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e 62,4% em IES privadas, dessas 46,8% na modalidade presencial e 50,2% na modalidade a distância (EaD).
- Desde 2009, o governo federal vem desenvolvendo sistematicamente Políticas Nacionais de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.
- Constata-se a ausência de uma política nacional sistêmica e estratégica que integre as diversas esferas capazes de desencadear ações dos poderes públicos na formação docente.

FORMAÇÃO INICIAL

- Os cursos de licenciaturas no Brasil apresentam currículos com insuficiência formativa: são fragmentados, teóricos e não preparam para as metodologias e práticas de ensino (o “como” ensinar).
- Os cursos de formação inicial disponíveis têm baixo custo para as instituições ofertantes, pois são de natureza mais “teórica” e não demandam infraestrutura, e possuem encargos educacionais (mensalidades) de valor mais reduzido.
- Os cursos de licenciatura estão muito longe dos padrões internacionais de qualidade e não há exigências específicas por parte dos órgãos de controle e supervisão para garantir a qualidade na oferta desses cursos.

COOPERAÇÃO FEDERATIVA

- Com inspiração nas pesquisas e nos avanços ocorridos nos países que já implementaram seus referenciais de formação, surge a necessidade de tornar a política de formação efetiva e certificada. Para isso, foram criados centros nacionais de elaboração, monitoramento e avaliação dessa política.
- No âmbito dessas reformas, faz-se aqui a indicação de um organismo nacional que possa acreditar cursos de formação inicial que estejam de acordo com a política nacional, que possa criar e reelaborar novas políticas ao longo do tempo, atualizando-as. Assim como gerenciar normativas específicas e gerir programas correlatos à implantação da política, avaliar cursos, alunos egressos, avaliar professores em atuação e auxiliar as redes na implementação de planos de carreira, de valorização profissional e de medidas de qualidade.
- Em países em que houve significativa reestruturação da formação docente, como na Austrália e nos Estados Unidos, a ampla participação dos entes subnacionais foi parte fundamental do processo.
- A autonomia entre os entes federativos exige maior coordenação desses processos, o que pode ser feito por meio de um papel de liderança do governo federal no âmbito nacional e dos governos estaduais, regionalmente. Além disso, instâncias e fóruns intergovernamentais podem apoiar esses processos.

POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

- Não há uma política única para formação de professores e as quatro Secretarias do MEC responsáveis pela educação básica (SEB, Setec, Semesp e Sealf) definem, cada uma autonomamente, a formação continuada e os programas vinculados às suas respectivas subpastas.
- As duas secretarias vinculadas à educação superior, Secretaria de Ensino Superior (Sesu) e Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), também não desenvolvem ações alinhadas para cursos de formação inicial.
- As iniciativas da Capes na área, com programas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e o Programa de Residência Pedagógica, estão desvinculados de qualquer política nacional de formação e estão desalinhados das avaliações dos cursos realizados pelo Inep/MEC.
- Nota-se a falta de coordenação entre todos os órgãos de Estado responsáveis pela formação docente, de modo que pouco se identificam objetivos comuns e ações conjugadas.

RECOMENDAÇÕES AO PODER EXECUTIVO

Recomendação	Responsável	Prazo
Homologar as novas Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação Inicial e Continuada de Professores	Ministério da Educação	Janeiro de 2020
Implementação das Novas Diretrizes para Formação	Ministério da Educação	Julho de 2020

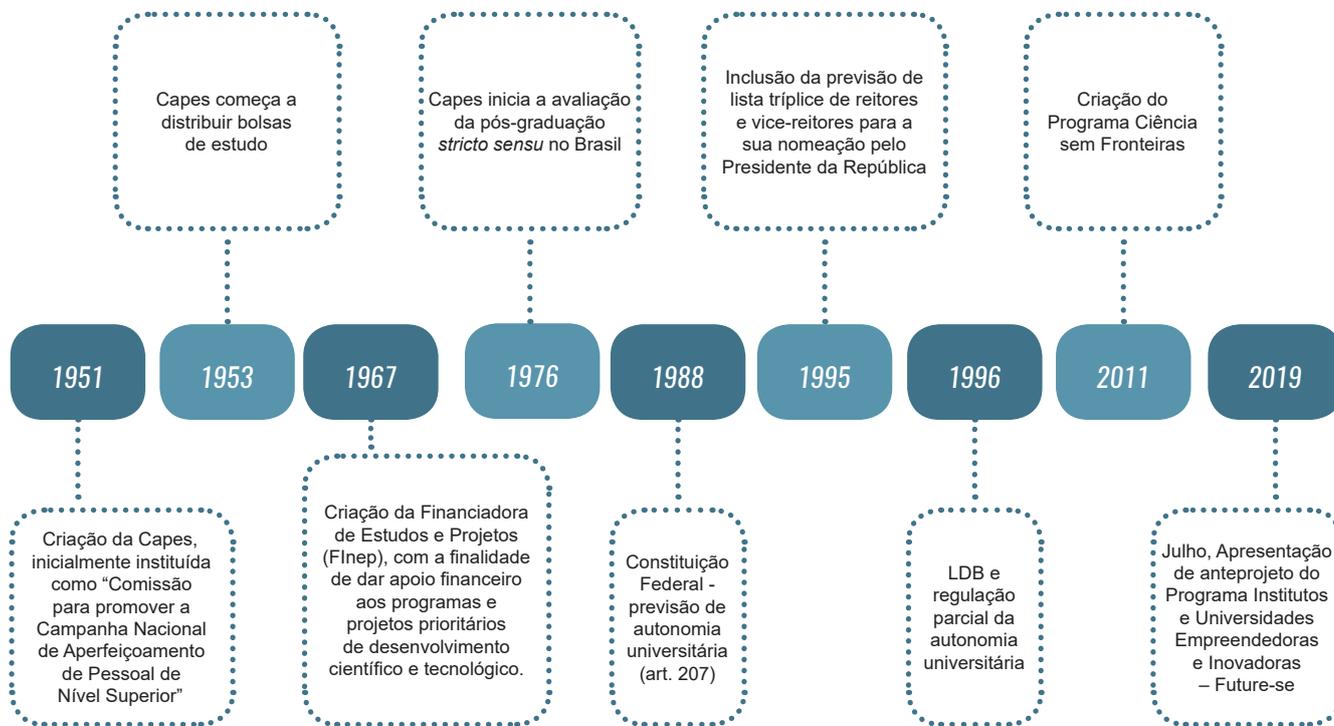
RECOMENDAÇÕES AO PODER LEGISLATIVO

Recomendação	Responsável	Prazo
Formular e Aprovar a Política Nacional de Docência para a Educação Básica	Câmara dos Deputados	Março de 2020

5. EDUCAÇÃO SUPERIOR E PESQUISA

RESPONSÁVEL: DEP. JOÃO H CAMPOS

LINHA DO TEMPO



ASPECTOS GERAIS

- Considerando a legislação em vigor, a educação superior no Brasil se baseia no tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão.
- A relação entre o Ministério da Educação e as Universidades, tanto na escolha de reitores como na definição de repasses de recursos e investimentos, tem se deteriorado e estão sendo entendidas pela comunidade acadêmica como tentativa de interferência na autonomia universitária, garantida pela Constituição Federal.

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

- Desde 2004 estabeleceu-se e se adota uma regra tácita de nomear o candidato a reitor com maior número de votos na lista tripla escolhida pela comunidade acadêmica. Essa regra não vem sendo adotada pela atual gestão.
- O contingenciamento desigual de verbas destinadas às Universidades, baseado em critérios pouco claros e transparentes, aumentaram as incertezas da comunidade acadêmica com relação à atual gestão do Ministério.

FINANCIAMENTO DE PESQUISA

- Redução de verbas para financiamento de pesquisas de instituições de fomento como CAPES, CNPq e FINEP.
- A operação atual do “teto de gastos federais” tem como efeito que os recursos próprios obtidos pelas Ifes (para além do orçamento disponibilizado pelo MEC) sejam utilizados para economia de resultado primário, não sendo revertidos às Ifes que os arrecadam. Logo, há desincentivo para que as Ifes se esforcem em obter esses recursos, matéria à qual o Congresso Nacional deve dar atenção especial.
- Quanto aos recursos disponíveis, é necessário que esses sejam equilibradamente distribuídos em termos regionais e no que se refere à justa e proporcional medida do que as grandes áreas do conhecimento necessitam, inclusive as humanidades.

FUTURE-SE

- O lançamento da proposta do Programa Future-se, embora de forma incompleta e sem grandes desdobramentos práticos, foi a atividade de maior destaque desta gestão em relação à educação superior.
- A primeira minuta do Programa, apresentada ao público em julho de 2019, foi submetida a processo de consulta pública. Em outubro, o MPF apresentou uma Ação Civil Pública na Justiça para que o MEC realize nova consulta, afirmando que o processo não cumpriu minimamente os requisitos legais.
- Apesar da ampla adesão do público, o MEC não divulgou relatório conclusivo ou devolutiva da consulta pública, de modo que não é possível aferir quais as sugestões ou críticas que foram considerados pelo Ministério.
- O projeto apresenta fragilidades e inconsistências no que tange à sustentabilidade e viabilidade da proposta, além do pouco detalhamento em relação ao funcionamento das organizações sociais (OS), o que pode aumentar a desigualdade entre as Ifes, os riscos de corrupção e a fragilização da autonomia institucional.

RECOMENDAÇÕES AO PODER EXECUTIVO

Recomendação	Responsável	Prazo
Promover a preservação do orçamento discricionário das Ifes e a distribuição equitativa de recursos com critérios equitativos e transparentes, de forma a garantir recursos para pesquisa	Ministério da Educação e Câmara dos Deputados	Ato fiscalizatório contínuo - toda a legislatura
Prestar apoio técnico a Ifes de todo o país para ampliação da arrecadação própria	Ministério da Educação	Outubro de 2020
Realizar devolutiva de Consulta Pública do Future-se	Ministério da Educação	Março de 2020
Apresentar os Indicadores da Proposta do Future-se	Ministério da Educação	Fevereiro de 2020
Garantir previsibilidade de repasses de recursos para as Universidades	Ministério da Educação e Poder Legislativo	Março de 2020

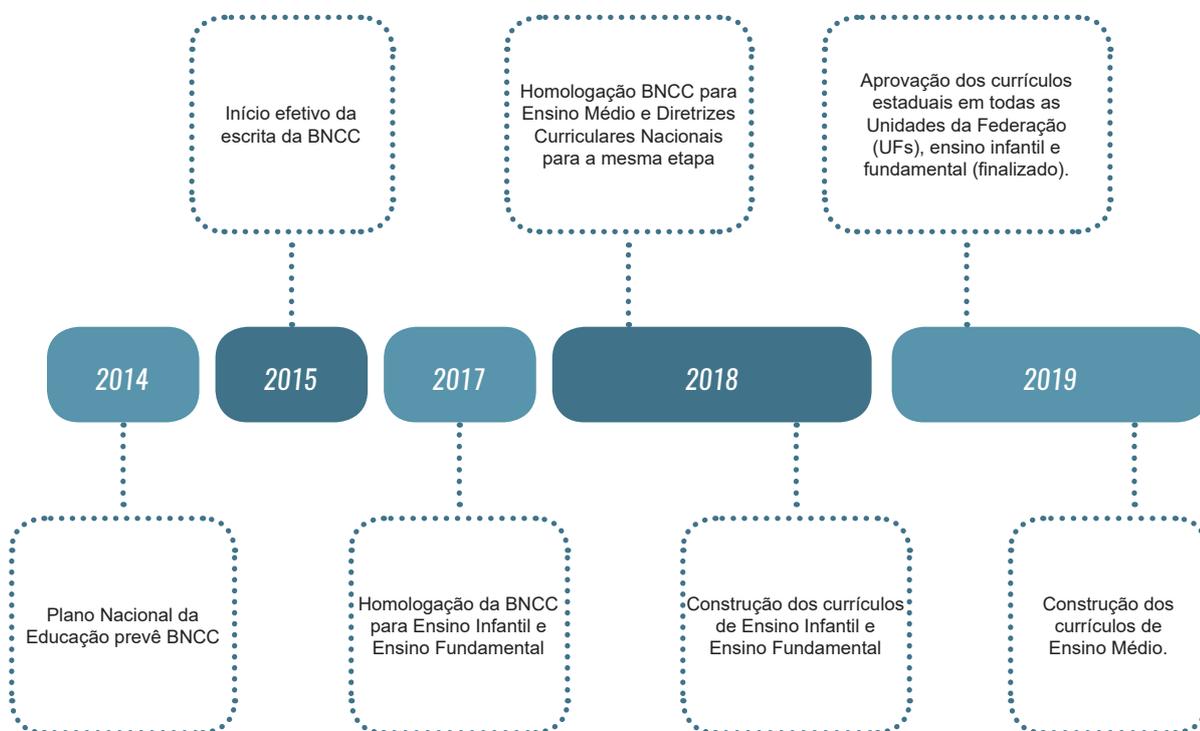
RECOMENDAÇÕES AO PODER LEGISLATIVO

Recomendação	Responsável	Prazo
Aprimorar os processos democráticos de escolha de reitores e estabelecer prazo máximo de ocupação <i>pro-tempore</i> do cargo de reitor	Câmara dos Deputados	Março de 2020
Aprovar PEC 24/2019	Câmara dos Deputados	Junho de 2020

6. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

RESPONSÁVEL: DEP. LUISA CANZIANI

LINHA DO TEMPO



ASPECTOS GERAIS

- A BNCC é uma diretriz curricular mínima de caráter nacional que todas as escolas do País devem seguir e representa uma parte do que devem espelhar os currículos das escolas brasileiras.
- A BNCC deve ser política prioritária no MEC, uma vez que norteia as ações a serem implementadas nas políticas educacionais dos demais entes subnacionais.

PROGRAMA DE APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (PROBNCC)

- O ProBNCC é projeto prioritário do Compromisso Nacional pela Educação Básica.
- Embora não haja problemas relacionados aos valores destinados ao Programa, é necessário reforçar as análises das solicitações de recurso realizadas pelos estados via Plano de Ações Articuladas (PAR), em termos de equipe e de Tecnologia da Informação (TI).

- À medida em que o Programa avança, torna-se necessária a regulamentação do Ciclo 3 da implementação, voltado para a avaliação do uso da Base.
- Os encontros formativos presenciais entre técnicos de implementação da BNCC e a comunicação com as redes de ensino são componentes essenciais para garantir sucesso de implementação da BNCC.
- Os materiais didáticos devem estar alinhados com a última versão da BNCC, para todas as etapas de ensino.
- As avaliações periódicas também devem sofrer alterações à luz das inovações trazidas pela BNCC.

REFERENCIAIS CURRICULARES E NOVO ENSINO MÉDIO

- Em 2019, todos os estados aprovaram seus referenciais curriculares para Ensino Infantil e Fundamental
- Para 2020, há um cronograma de implementação do Novo Ensino Médio.

ARTICULAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO DOCENTE E IMPLEMENTAÇÃO DE CURRÍCULOS

- O CNE aprovou em novembro resolução que institui a BNC-Formação e normas relativas aos cursos de licenciatura e pedagogia.
- O MEC deve homologar a resolução, a partir da qual o Inep deverá reformular o Enade frente às novas diretrizes.
- O MEC ainda possui atuação tímida no apoio a estados e municípios em relação à formação continuada de professores sob os critérios da BNCC.

RECOMENDAÇÕES AO PODER EXECUTIVO

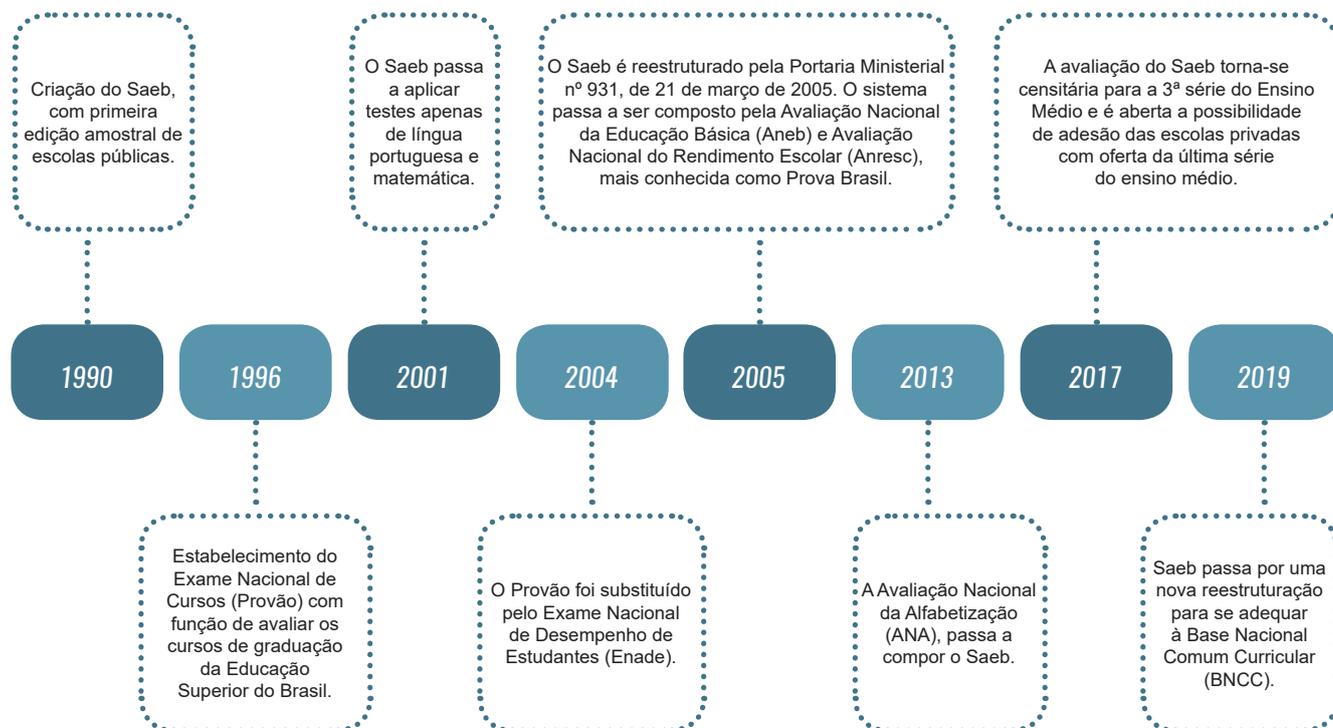
Recomendação	Responsável	Prazo
Instituir cronograma geral dos marcos da implementação	MEC	Fevereiro de 2020
Instituir plano de comunicação e insumos para apresentação de cronograma geral.	MEC	Fevereiro de 2020
Normatizar e monitorar o Ciclo 3 do ProBNCC.	MEC	Março de 2020

Recomendação	Responsável	Prazo
Apoiar os estados no acesso a recursos do PAR junto ao FNDE.	MEC	Dezembro de 2019
Realizar planejamento orçamentário e financeiro para o período 2020/2022.	MEC e FNDE.	Dezembro de 2019
Fortalecer espaços de treinamento e troca entre técnicos responsáveis pela implementação.	SEB/MEC.	Ao longo de 2020
Qualificar a oferta e a demanda por materiais e recursos didáticos	SEB/MEC e FNDE.	Março de 2020
Criar plataforma de acompanhamento dos referenciais curriculares	SEB/MEC.	Dezembro de 2019 e implementação 2020
Definir mecanismo para apoiar a reelaboração dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas brasileiras	SEB/MEC, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.	Dezembro de 2019 e implementação 2020
Apoiar a definição de arquitetura de oferta e a implementação do Novo Ensino Médio	SEB/MEC	Ao longo de 2020
Aprovar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a educação profissional	CNE	Março de 2020
Próximos passos frente à BNC-Formação e demais diretrizes	MEC e Inep.	2019 para a homologação e ao longo de 2020 para a reformulação do Enade.
Apoiar os Estados na estruturação de suas redes escolares de Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	MEC	2020-2022

7. AVALIAÇÕES PERIÓDICAS DE DESEMPENHO

RESPONSÁVEL: DEP. PAULA BELMONTE

LINHA DO TEMPO



SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB)

- Após a homologação da BNCC, foi dado prazo de um ano para alinhamento à Base. Passado mais de um ano, a Matriz de Referência dos Saeb ainda não foi adaptada à BNCC.
- Devolutivas não chegam aos gestores e aos professores tempestivamente e com detalhamento necessário para melhoria de processos e práticas pedagógicas. Projeto de Devolutivas Pedagógicas de Avaliações Educacionais, que caminhava nesse sentido, foi descontinuado, ainda no governo anterior.
- A existência de múltiplas avaliações externas e periódicas semelhantes e não integradas implica na duplicidade de esforços por diferentes esferas de governo. Em muitos casos, as avaliações externas não são comparáveis com o Saeb por falta de integração das matrizes de avaliação.

- Resultados de avaliações externas não consideram Escolas Profissionais Integradas ao Ensino Médio (EMI) no cômputo do Ideb do Ensino Médio, e comprometem resultados de estados onde essa modalidade é representativa.
- Não há transparência dos dados resultantes das avaliações periódicas. Atualmente, os dados individuais dos estudantes não são disponibilizados publicamente de forma anônima, o que dificulta o uso desses para pesquisas e avaliações de impacto.
- Não há transparência dos dados resultantes das avaliações periódicas. Atualmente, os dados individuais dos estudantes não são disponibilizados publicamente de forma anonimizada, o que dificulta o uso destes para pesquisas e avaliações de impacto.

AValiação Nacional de Alfabetização

- Falta de regularidade na aplicação da avaliação da etapa de alfabetização gera descontinuidade da série histórica, o que compromete a avaliação dos resultados para implementação tempestiva de ajustes na política educacional.
- Com o ajuste do ciclo de aplicação da etapa de alfabetização para o segundo ano do ensino fundamental, o MEC aplicará a avaliação amostralmente.
- Os dados da avaliação de alfabetização não podem ser comparados nem integrados com avaliações subnacionais, por se tratarem de matrizes distintas. A existência de avaliações parecidas, mas que adotam matrizes diferentes, compromete ganhos de sinergia.

EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES (ENADE)

- O desenho e a implementação do Enade comprometem a qualidade dos dados e informações gerados pelos resultados. Por ser um exame de baixo risco, a motivação dos estudantes ao realizá-lo tende a ser baixa, e isso reflete diretamente no desempenho desses estudantes no Exame.
- Questões do Enade não são padronizadas, o que faz com que não haja equivalência entre exames aplicados ao longo dos anos, implicando na impossibilidade de acompanhar a evolução dos cursos ao longo dos anos.
- Não existem devolutivas detalhadas para as instituições e para os estudantes. Portanto, o Enade não tem contribuído para a melhoria dos cursos de ensino superior avaliados, pois seus resultados não permitem um diagnóstico da real situação dos programas de graduação avaliados.
- Enade não induz atualização de currículos de cursos superiores de formação de docentes, o que compromete a melhoria da formação inicial dos docentes e, conseqüentemente, a qualidade do atendimento dos estudantes da educação básica.

RECOMENDAÇÕES AO PODER EXECUTIVO

Recomendação	Responsável	Prazo
Alinhar o Saeb com BNCC (plano de trabalho)	Inep e SEB/MEC	Março de 2020 (plano de trabalho)
Realizar devolutiva tempestiva e contextualizada do Saeb	Inep e SEB/MEC	Junho de 2020
Adaptar o Saeb para que seja um sistema nacional que integre e contemple as avaliações externas de estados e municípios	Inep e SEB/MEC	Junho de 2020
Inserir fator de ponderação de participação no SAEB	Inep	Avaliações de 2021
Considerar as Escolas Profissionais integradas ao Ensino Médio no cálculo do Ideb	Inep e SEB/MEC	Na avaliação de 2019, para divulgação no próximo Ideb.
Realizar a avaliação de alfabetização com periodicidade constante	Inep, SEB/MEC e Sealf/MEC	Junho 2020
Aplicar avaliação de alfabetização de modo censitário	Inep, SEB/MEC e Sealf/MEC	2021
Alinhar avaliação de alfabetização com avaliações subnacionais	Inep, SEB/MEC e Sealf/MEC	2021
Padronizar o Enade e aplicação de forma anual para todas as áreas	Inep, SESU/MEC e SERES/MEC	Março de 2020
Implementar mecanismo de engajamento de estudantes no Enade	Inep, SESU/MEC e SERES/MEC	Junho de 2020
Implementar devolutivas pedagógicas detalhadas e tempestivas no Enade	Inep, SESU/MEC e SERES/MEC	Março de 2020
Articular o Enade com Cursos de Formação para Docência	Inep, SESU/MEC e SERES/MEC	Junho de 2020
Criar protocolos para anonimização ou pseudonimização dos dados individuais das avaliações para disponibilização para pesquisa	Inep e SEB/MEC	Junho de 2020

8. CONCLUSÃO

Por meio deste Relatório, a Comissão entrega à sociedade o resultado dos seus trabalhos de análise do Planejamento Estratégico e das ações empenhadas em torno dos temas críticos das secretarias e órgãos vinculados ao Ministério da Educação (MEC) ao longo de 2019. Por meio das seções de diagnóstico geral do órgão e a respeito dos temas estruturantes priorizados, procurou-se demonstrar os desafios da elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas educacionais. A Comissão procurou estabelecer, para cada desafio apresentado, uma recomendação construtiva equivalente, a fim de apontar caminhos e soluções para as políticas educacionais.

O que fica evidente a partir das análises multitemáticas é que o planejamento e a gestão do MEC estão muito aquém do esperado e são insuficientes para dar conta dos desafios educacionais que se apresentam no país. Evidência disso é que o Ministério ainda não apresentou Planejamento Estratégico contemplando o ano de 2019 e diversas metas do Plano Nacional de Educação (PNE) estão atrasadas, sem demonstração de que o Ministério considera as metas estabelecidas no Plano em suas atividades. Os Planos de Trabalho das Secretarias, que deveriam orientar e racionalizar as ações educacionais a cargo do Ministério, não estabelecem prioridades, clareza nas metas, prazos determinados ou responsáveis para as ações propostas. As mudanças na estrutura organizacional criaram sobreposições de atividades e lacunas de atuação em áreas fundamentais.

Ademais, quando comparada com os últimos dois governos, a atual gestão apresenta o menor número de agentes em cargos de confiança com experiência em instituições acadêmicas, na educação, em órgãos públicos subnacionais ou até mesmo em órgãos vinculados ao MEC. Verifica-se ainda um tempo curto de permanência dos quadros técnicos em suas funções, o que gera instabilidade e, em alguns casos, paralisa as ações das diferentes pastas. Para além das medidas gerenciais, outro fator preocupante é a baixa execução orçamentária em diversos programas, o que denota baixa capacidade de gerenciamento dos gestores responsáveis pelas atividades do Ministério.

A fragilidade do planejamento e da gestão do MEC apontada anteriormente impactou diretamente na formulação e na implementação das políticas educacionais dessa gestão. Ainda que algumas das iniciativas que já estavam em curso tenham prosseguido, outras foram descontinuadas sem nenhuma proposta de ações alternativas para substituí-las. No caso das novas iniciativas divulgadas, a maior parte tem descrição vaga e carece de celeridade e detalhamento. Cabe efetuar observações acerca das seguintes temáticas:

- Ainda que elencada como prioridade, a Política Nacional de Alfabetização (PNA) não tem um plano de ação e nenhum dos entes federados sabe como e quando ela chegará às escolas. Maior detalhamento somente deve surgir após divulgação do Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências, previsto para abril de 2020.
- A implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) está prosseguindo, porém apresenta diversos pontos de indefinição. A fase do Ensino Médio preocupa, dados os problemas de repasse para essa etapa da educação básica no ProBNCC.
- Não existe uma Política de Formação Docente sistêmica e falta articulação entre as Secretarias e Órgãos Vinculados ao MEC nas ações de formação docente.
- Apesar de as avaliações periódicas e o Enem estarem sendo realizados de forma tempestiva, é alarmante a falta de transparência na Comissão criada pelo Inep para avaliar a pertinência do Banco de Itens com a “realidade social” do Brasil.
- As iniciativas do governo nos processos de escolha e nomeação de reitores e na distribuição de recursos desiguais e de contingenciamento seletivo em Universidades levam risco à autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das instituições de ensino superior.

Considerando o diagnóstico acima, a Comex/MEC elaborou um conjunto de recomendações ao Poder Executivo e à Câmara dos Deputados, sendo que a maior parte das recomendações deve ser implementadas em curto ou médio prazo, para garantir estabilidade e continuidade nas políticas educacionais.

ANEXO: COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

PSL/PP/PSD/MDB/PR/PRB/DEM/ PSDB/ PTB/PSC/PMN	Partido/UF	Gabinete
Átila Lira	PP/PI	(Gab. 640-IV)
Franco Cartafina	PP/MG	(Gab. 283-III)
Jerônimo Goergen	PP/RS	(Gab. 316-IV)
Luisa Canziani	PTB/PR	(Gab. 842-IV)
Moses Rodrigues	MDB/CE	(Gab. 809-IV)
Rose Modesto	PSDB/MS	(Gab. 414-IV)
PDT/PODE/SOLIDARIEDADE/PCdoB/ PATRI/ CIDADANIA/PROS/AVANTE/PV/DC	Partido/UF	Gabinete
Afonso Motta	PDT/RS	(Gab. 528-IV)
André Figueiredo	PDT/CE	(Gab. 940-IV)
Damião Feliciano	PDT/PB	(Gab. 938-IV)
Diego Garcia	PODE/PR	(Gab. 910-IV)
Eduardo Bismarck	PDT/CE	(Gab. 652-IV)
Félix Mendonça Júnior	PDT/BA	(Gab. 912-IV)
Flávia Moraes	PDT/GO	(Gab. 738-IV)
Gastão Vieira	PROS/MA	(Gab.370-III)
Gil Cutrim	PDT/MA	(Gab. 385-III)

Gustavo Fruet	PDT/PR	(Gab. 827-IV)
Jesus Sérgio	PDT/AC	(Gab. 941-IV)
Leônidas Cristino	PDT/CE	(Gab. 948-IV)
Marcelo Calero	CIDADANIA/RJ	(Gab. 939-IV)
Marreca Filho	PATRI/MA	(Gab. 537-IV)
Paula Belmonte	CIDADANIA/DF	(Gab. 440-IV)
Professor Israel Batista	PV/DF	(Gab. 854-IV)
Renata Abreu	PODE/SP	(Gab. 717-IV)
Robério Monteiro	PDT/CE	(Gab. 733-IV)
Sérgio Vidigal	PDT/ES	(Gab. 812-IV)
Silvia Cristina	PDT/RO	(Gab. 524-IV)
Subtenente Gonzaga	PDT/MG	(Gab. 750-IV)
Tabata Amaral	PDT/SP	(Gab. 848-IV)
Túlio Gadêlha	PDT/PE	(Gab. 360-IV)
PT/PSB/PSOL/REDE	Partido/UF	Gabinete
Aliel Machado	PSB/PR	(Gab. 220-IV)
Camilo Capiberibe	PSB/AP	(Gab. 209-IV)
Carlos Veras	PT/PE	(Gab. 466-III)
Denis Bezerra	PSB/CE	(Gab. 625-IV)

Edmilson Rodrigues	PSOL/PA	(Gab. 301-IV)
Elias Vaz	PSB/GO	(Gab. 303-IV)
Felipe Carreras	PSB/PE	(Gab. 318-IV)
Felipe Rigoni	PSB/ES	(Gab. 846-IV)
Gervásio Maia	PSB/PB	(Gab. 308-IV)
JHC	PSB/AL	(Gab. 958-IV)
João H. Campos	PSB/PE	(Gab. 409-IV)
Joenia Wapichana	REDE/RR	(Gab. 231-IV)
Marcelo Freixo	PSOL/RJ	(Gab. 725-IV)
Maria do Rosário	PT/RS	(Gab. 312-IV)
Mauro Nazif	PSB/RO	(Gab. 818-IV)
Rejane Dias	PT/PI	(Gab. 624-IV)
Rodrigo Agostinho	PSB/SP	(Gab. 801-IV)
Rodrigo Coelho	PSB/SC	(Gab. 329-IV)
Rosana Valle	PSB/SP	(Gab. 529-IV)
NOVO	Partido/UF	Gabinete
Tiago Mitraud	NOVO/MG	(Gab. 544-IV)
Vinicius Poit	NOVO/SP	(Gab. 558-IV)

